SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO 21

Capítulo 2

PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA, HEURÍSTICAS, VIESES DE COGNIÇÃO E FORMAS DE TOMADA DE DECISÃO – UMA INTERFACE DA NEUROCIÊNCIA COM O DIREITO 39

2.1. A psicologia comportamental cognitiva 42
2.2. Neurociência e psicologia cognitiva - heurísticas e vieses 44
2.2.1. As heurísticas do pensamento 45
2.2.2. As duas formas de pensar e os vieses de cognição (cognitive biases) 52
2.3. A Nova Fronteira: Do Viés ao "Ruído" (Noise) 61
2.4. Sobre a Persuasão e o Framing (enquadramento) 61

Capítulo 3

OS VIESES DE COGNIÇÃO E A ATIVIDADE JURISDICIONAL: O PROBLEMA DA INTERFERÊNCIA COGNITIVA NA DIMENSÃO DA PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA 67

3.1. O viés de confirmação (*confirmation bias*) 75
3.2. O viés de trancamento (*lock-in effect*) 84
3.3. O viés de retrospectiva (*hindsight bias*) 89
3.4. Viés de ancoragem e ajustamento (*anchoring and adjustment bias*) 92
3.5. *Viés de status quo* 101
3.6. O viés de aversão à perda e viés de grupo 104

Capítulo 4

O VIÉS DO MODELO ALGORÍTMICO (TECNOLÓGICO - ALGORITHMIC BIAS): MACHINE LEARNING E OS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO 111

4.1. Inteligência Artificial 111
4.1.1. O que é a Inteligência Artificial e como ela funciona 113
4.1.2. A evolução da inteligência artificial e os modos da IA generativa 116
4.1.3. O que é a inteligência artificial generativa e como "aprende a escrever" - A IA não lê: ela calcula 117
4.1.4. IA no Direito e viés do modelo algorítmico 120
4.2. O dilema da normatização da IA 136
4.3. Três categorias dos vieses algorítmicos 141
4.4. A busca pela explicabilidade- 144
4.5. A limitação da supervisão humana das decisões de Inteligência Artificial para limitação de riscos 150

Capítulo 5

A PROPOSTA DE UMA TEORIA NORMATIVO-PRAGMÁTICA DA RACIONALIDADE E DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA COM ROBERT BRANDO 157

Capítulo 6

MODELO DEMOCRÁTICO DE PROCESSO: PROCESSO CONSTITUCIONAL, IMPARCIALIDADE E TEORIA NORMATIVA DA COMPARTICIPAÇÃO – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA AS PROPOSTAS DE MITIGAÇÃO DOS VIESES DE COGNIÇÃO 173

6.1. A garantia de imparcialidade como fundamento da jurisdição 179
6.2. O contraditório como garantia de influência e não surpresa: a perspectiva comparticipativa de dialogicidade discursiva 187

Capítulo 7

HIPÓTESES DE *DEBIASING* A PARTIR DA TEORIA NORMATIVA DA COMPARTICIPAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA ORALIDADE: LEITURA E APLICAÇÃO ADEQUADAS DA FASE DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO E DA COLEGIALIDADE RECURSAL 197

7.1. Cognição como atividade e procedimento 205
7.2. Da fase preparatória – saneamento e organização do processo. Debiasing preventivo 209
7.3. Dos princípios da colegialidade e oralidade na leitura comparticipativa. *Debiasing* corretivo 221
7.4. A colegialidade e a oralidade como possibilidades discursivas de *debiasing*: valorização do dissenso interpretativo 231

Capítulo 8

O PENSAMENTO E AS PROPOSTAS DE CASS R. SUNSTEIN SOBRE O USO POSITIVO DOS VIESES COGNITIVOS PARA UMA PRÁTICA JURÍDICO-POLÍTICA DEMOCRÁTICA – O EMPREGO DOS NUDGES 241

Capítulo 9

UMA OUTRA HIPÓTESE DE *DEBIASING* ATRAVÉS DA TEORIA HERMENÊUTICA DE RONALD DWORKIN: A TESE DA INTEGRIDADE DO DIREITO E A BUSCA PELA RESPOSTA CORRETA NO PROCESSO DECISÓRIO JUDICIAL 265

Capítulo 10

UMA QUESTÃO PARA ALÉM DOS VIESES... A EXISTÊNCIA DE RUÍDO *(NOISE)* NOS PRONUNCIAMENTOS JURISDICIONAIS 283

10.1. Estabelecendo nossas premissas acerca do ruído e sua diferença sobre os vieses 283
10.2. Ruído e decisões judiciais 286
10.2.1. Evidências recentes e implicações jurídico-institucionais do ruído e dos vieses em contextos apoiados por IA 289
10.3. A importância de se proceder a uma Auditoria de Ruído 290
10.4. Mas como podemos Reduzir o Ruído? 297

Capítulo 11

CONCLUSÃO 305

REFERÊNCIAS 309

APÊNDICE

MEDIDAS INDUTIVAS EM SENTIDO AMPLO DO ART. 139, IV, DO CPC: O POTENCIAL DO USO DE *NUDGES* NOS MÓDULOS PROCESSUAIS EXECUTIVOS PARA SATISFAÇÃO DE OBRIGAÇÕES POR QUANTIA CERTA 331

1. Considerações iniciais 331
2. Pressupostos de economia comportamental 334
   - 2.1. Racionalidade limitada, arquitetura de escolhas e nudges 334
     - 2.1.1. Paternalismo libertário: críticas e parâmetros para a aplicação de nudges 336
3. Fundamentos do processo executivo 339
   - 3.1. Cidadania e o princípio da efetividade na execução por quantia certa 339
   - 3.2. Estrutura da tutela executiva e meios executórios vinculados a sanções 342
   - 3.3. Medidas indutivas como estimuladoras de comportamentos na execução 344
4. Heurísticas e vieses incidentes sobre exequentes e executados 347
   - 4.1. Informação e compreensão de dados 347
   - 4.2. Fator temporal, fator atenção e dor no pagamento 351
   - 4.3. Confiança, otimismo, afeto e autopercepção 353
   - 4.4. Inércia e força de vontade 354
   - 4.5. Viés Digital 355
5. Proposta: Aplicação de medidas indutivas à execução por quantia certa 356
   - 5.1. Modelos de Implantação 356
   - 5.2. Ressalvas na aplicação de medidas indutivas pelo Judiciário 360
   - 5.3. Possíveis medidas indutivas direcionadas a exequentes e executados 361
6. Considerações finais 369

REFERÊNCIAS 373